



o forext e a extensão no cenário da educação superior do brasil

prof. dr. alcivam paulo de oliveira¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma visão histórica da criação, desenvolvimento e propostas do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – ForExt., criado em 1999. Contextualiza o ForExt no contexto da Educação Superior no Brasil e apresenta os principais fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam sua inserção tanto na construção de políticas públicas para o país como em propostas de ações para as IES Comunitárias.

ABSTRACT

This article presents a historical overview of the creation, development and proposals of the Extension and Community Action National Forum from Universities and Higher Education Institutions Community - ForExt., established in 1999. Update the ForExt in the context of Higher Education in Brazil and presents the main theoretical and methodological foundations that support its inclusion in both the construction of public policies for the country and on proposals for Community action to the IES (HEI - Higher Education Institutions).

PALAVRAS CHAVE:

políticas públicas, educação superior, extensão universitária, ForExt.

KEYWORDS:

public policy - higher education - university extension - FOrExt

Nos últimos anos, a Extensão Universitária tem experimentado, em comparação com épocas anteriores (GURGEL, 2001), avanços antes nunca vistos no cenário acadêmico brasileiro, conseguindo, inclusive, ser referencial obrigatório para o planejamento e a gestão acadêmica, como bem indicam o SINAES e o Projeto da Reforma Universitária². Como acontecimentos que se influenciam mutuamente, esse período coincide com o surgimento e consolidação do *Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias* - ForExt.

O ForExt tem suas origens nos Encontros dos Pró-reitores de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituição de Ensino Superior (IES) Católicas, promovidos pela Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas – ABESC.

O primeiro deles ocorreu ainda em 1983, no contexto de discussão sobre a identidade da Universidade Católica, um evento marcado pela troca de experiências e por uma constatação: o conceito de ação comunitária apresentava-se mais como um problema que como um consenso (COUTINHO, 2002). A iniciativa, contudo, não teve continuidade, havendo um grande hiato até sua retomada em 1995.

Esse hiato indica que, em 1995, começa uma nova fase de trabalho do setor da ação comunitária na ABESC. É um momento em que a ABESC mobiliza os diversos setores das suas instituições, promovendo encontros de homólogos nas áreas de Pastoral, Teologia, e Administração (OLIVEIRA, 2002). No caso específico da Ação Comunitária, o primeiro encontro dessa segunda fase ocorreria em 1995, em Campinas, seguido pelo segundo, em 1996, em

¹ Coordenador Geral de Extensão da Universidade Católica de Pernambuco, ex-presidente conselheiro do ForExt.

² No caso do SINAES, a Extensão aparece como critério a ser avaliado com peso relevante no PDI e no PPP da Instituição. No caso da Reforma Universitária, a reação do CONSU da UNICAMP, no documento aprovado em sua reunião de 6 de setembro de 2005, nos parece bastante ilustrativa, ao declarar que um dos equívocos do texto é justamente continuar *superdimensionando o aspecto extensionista da Universidade*. O texto está disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2005/ju301pag03.html e foi consultado em setembro de 2005.

Salvador, o terceiro, também em 1996, no Recife, o quarto, em 1997, em Petrópolis e o quinto, em 1998, em Porto Alegre. Nesse último, começa a ampliação da participação, estendendo-se o convite para os gestores da Extensão e da ação comunitária das Universidades e IES Comunitárias laicas e confessionais de outras Igrejas, propondo-se, objetivamente, a criação de um Fórum de Extensão das IES Católicas e Comunitárias Brasileiras. Para tanto, nomeia-se uma Comissão com o objetivo de realizar a primeira Assembléia do Fórum, marcada para março de 1999.

Ao lado desse avanço da ABESC e de seu setor comunitário, é preciso considerar o avanço da articulação das universidades e IES Comunitárias. Surgida em 1995, a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias - ABRUC vem para preencher um vazio que emerge dos embates de interesses em torno da Constituição Federal de 1988. Com efeito, naquela oportunidade, houve uma reconfiguração dos atores que compõem o cenário da educação superior no Brasil, iniciando-se a superação da bipolarização entre público e privado, ao se reconhecer a existência de um terceiro pólo: o público de caráter não estatal, ou comunitário (BUFFA, 2005).

Assim, a ampliação do espaço da ação comunitária da ABESC se dá como seguimento natural à convergência das Universidades e IES Comunitárias em torno da ABRUC, ainda que o Fórum de Extensão e Ação Comunitária tenha emergido sem uma vinculação formal com a mesma³.

Essa tripolarização fica clara no âmbito da Extensão, durante o evento que deveria fundar formalmente o Fórum de Extensão, em março de 1998, em Curitiba. Naquela oportunidade, as discussões se afunilaram na intervenção do representante da SESU/MEC, que sinalizava claramente a possibilidade de as Universidades e IES Comunitárias participarem da construção do Plano Nacional de Extensão (COUTINHO, 2002). Segundo Jorge Hamilton Sampaio – ex-presidente do ForExt e protagonista de sua fundação – havia certa clareza em torno de dois aspectos. Primeiro, uma intenção clara das Universidades e IES Comunitárias de se tornarem protagonistas no cenário da Extensão Universitária nacional; segundo, a certeza de que o Fórum de Extensão das IES Estatais não as acolheria em seu interior⁴.

É nesse contexto que as Universidades e IES Comunitárias chegam ao VI Encontro de Extensão e Ação Comunitária em Goiânia, em outubro de 1999. Estavam dadas, portanto, as condições para a fundação do Fórum e assim aconteceu. **O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária** das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias foi oficialmente criado, com

a aprovação de seus estatutos e a publicação da Carta de Goiânia, na qual se reafirma a forte vinculação entre a extensão e a identidade comunitária de suas instituições e se declaram seus princípios.

A partir daí, o trabalho do Fórum passa a centrar-se na concepção, gestão, planejamento e avaliação da extensão, tendo como horizonte o Plano Nacional de Extensão, horizonte esse que revela o cenário de busca de diálogo com o Fórum de Extensão das IES estatais e com o próprio Estado, na figura do MEC. É isso que vão revelar os documentos das Assembléias de Pelotas e do Recife, respectivamente em 2000 e 2001. Nesta última Assembléia, é explicitada enfaticamente a consciência da diversidade entre as filiadas do Fórum, no tocante à realidade particular de cada Instituição, inclusive em relação à extensão. O documento do Recife, em especial, reflete esse fato, como que traduzindo uma certa impossibilidade de consensos e uniformidades em torno da concepção e gestão da extensão.

Nas Assembléias de Florianópolis, em 2002, e de Brasília, em 2003, o Fórum sente as mudanças na conjuntura política, em especial, no âmbito da educação Superior. A Coordenação Nacional muda a estratégia de trabalho, buscando outros interlocutores, como, por exemplo, os Fóruns de Graduação e de Pesquisa das universidades brasileiras, propondo a ampliação dos envolvidos nas discussões acerca da extensão.

A Carta de Florianópolis, por exemplo, elaborada com uma metodologia diferente dos documentos anteriores, será aprovada por unanimidade e apresentará a gestão e o planejamento da Extensão como temas de responsabilidade de todos os setores da instituição acadêmica e não apenas da Pró-Reitoria ou Coordenação de Extensão. O texto traz para a mesa de discussão uma compreensão da extensão que procura superar sua emblemática setorização. Passa a compreendê-la não apenas como atividade de um setor da academia, mas como componente necessário e determinante para a pesquisa e para o ensino, tanto em sua dimensão ética, quanto em sua dimensão metodológica.

Por sua vez, a V Assembléia do Fórum, sediada pela Universidade Católica de Brasília, em outubro de 2003, aconteceria tendo como horizonte a construção do SINAES, de maneira que a Carta de Brasília se debruçará sobre o tema da avaliação da extensão, oferecendo uma colaboração que, aos olhos do próprio Fórum, será quase que totalmente acatada pelo MEC na elaboração da versão final do SINAES. Uma nota válida de registro é que, nessa Assembléia, o Fórum ganha a sigla de ForExt.

Na VI Assembléia, em outubro de 2004, sediada pela PUC-Campinas, o tema da Extensão amplia-se mais ainda, adentrando na questão do compromisso social da Universidade. Nesse caso, as discussões vão ganhando

3 Daí que o Fórum tenha como filiadas não apenas Universidades e Centros Universitários, como a ABRUC, mas também faculdades isoladas.

4 Segundo entrevista realizada por Alcivam Paulo de Oliveira, em agosto de 2005, na cidade de Passo Fundo – RS, como material para sua Tese de Doutorado, em elaboração.

forma por sobre a resignificação do termo responsabilidade social. Com efeito, esse foi um dos pontos mais enfáticos da discussão, cuja reflexão subjacente indica a consciência de que as demandas e necessidades sociais são de responsabilidade primária do Estado, na qualidade de síntese institucional das iniciativas da própria sociedade para dar as respostas mais adequadas aos seus problemas, ou seja, não se pode confundir o compromisso social que toda organização e instituição precisa considerar, como qualquer tipo de substituição ao papel do Estado. É esse o eixo da reflexão proposta na Carta de Campinas.

Na verdade, o tema continua até hoje provocando certas incompreensões, inclusive por parte dos instrumentos legais, notadamente aqueles que dizem respeito à avaliação.

A lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (BRASIL, 2004) fala de responsabilidade social pelo menos em três oportunidades: Art. 1º, 1º § do Art. 2º e 3º § do Art. 3º. Por sua vez, a Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do mesmo Sistema, refere-se ao tema no Art. 1º e no Art. 8º.

Nessas cinco oportunidades, apenas no 3º § do Art. 3º o termo responsabilidade social aparece separado do termo compromisso social. Ou seja, ao falar de responsabilidade social da instituição acadêmica, nos parece claro que o legislador insiste em fazê-lo em conjunto com o compromisso social. Qual seria a diferença entre esses dois termos? O que realmente se estaria apresentando como critério para a avaliação institucional?

No documento Carta de Campinas: Universidade e Compromisso Social: a Contribuição da Extensão, o ForExt aponta que:

a) O termo responsabilidade social, ainda que não esteja claramente definido, possui uma datação que o vincula ao fenômeno da redução do papel (e das responsabilidades) sociais do Estado e ao aumento do papel e das responsabilidades sociais da sociedade;

b) Via de regra, essa responsabilização de entes sociais tende a acontecer de modo que eles substituam o Estado em suas responsabilidades de direito e, o mais grave, encarem as necessidades sociais como carências e não como direitos de cidadania, fazendo com que a responsabilidade social se confunda com ações filantrópicas;

c) O termo possui também um contexto próprio de aplicação: o mundo da produção material, isto é, das empresas. Nesse sentido, a prática da responsabilidade social está intimamente ligada às estratégias empresariais, ainda que, para os mais otimistas, isso possa ser sinal de uma mudança paradigmática na organização empresarial capitalista, pois relativizaria sua finalidade fundamental de reprodução e acumulação do capital;

d) Diante dessa leitura, a Carta de Campinas propõe que a universidade, na qualidade de instituição social, assuma o termo compromisso social, algo, segundo o mesmo documento, intrínseco à natureza e missão da Universidade. Assim assumido, o compromisso social precisa considerar:

a. Que o atendimento às necessidades sociais e demandas econômicas não é atitude de benevolência, mas tarefa necessária para que a universidade cumpra seu papel de instituição social, está é sua missão fundamental;

b. Que na efetivação desse compromisso, a universidade não substitui o Estado em sua tarefa de ente responsável pela formulação e execução de políticas públicas. Nesse caso, à universidade cabe o papel de colaboradora crítica e construtiva de tais políticas.

A compreensão do ForExt poderia ainda se fundamentada numa análise etimológica dos termos. Como afirma Alessio (2006)⁵

a palavra “responsabilidade” diz respeito a indivíduos, a liberdade de ação e decisão pessoais, a ter consciência sobre atos e, portanto, a possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e opção de evitá-los, assim como a necessidade de assumir as consequências dos atos, sejam positivos ou negativos.

Por sua vez, o termo compromisso, seja em sua definição gramatical, jurídica ou informal, relaciona sempre a co-participação, o envolvimento de duas ou mais partes que se implicam e se interdependem, chegando mesmo a ser definido como “obrigação de cunho social” pelo dicionário Houaiss⁶.

Assim, temos todos os motivos para compreender o termo compromisso social como o mais aplicável à relação que estabelece entre a instituição universitária e a sociedade, se constituindo, portanto, na materialização do critério para a avaliação institucional.

Mas, voltemos à perspectiva histórica do ForExt. Em agosto de 2005, chegamos à VII Assembléia do ForExt, sediada pela Universidade de Passo Fundo, em agosto de 2005. Ao longo dos dez meses que a separaram da Assembléia de Campinas, a Coordenação Nacional, atendendo à solicitação das filiadas e como apoio integral da ABESC, ABRUC e ABIEE⁷, optou por elaborar um documento

5 Fonte: ALÉSSIO, Rosemeri. Disponível no sítio: http://www.aemp.com.br/p_colunistas_mostra_colunista_detalhe.php?id_colunista=18&id_colunista_artigo=137 consultado em 16 de maio de 2006.

6 Disponível no sítio: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=compromisso&style=k&x=5&y=13>, consultado em 17 de maio de 2006.

7 ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, ABIEE – Associação Brasileira das Instituições de Educação Evangélicas e ABESC – Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas

mais completo sobre a Extensão, ao modo de síntese dos consensos alcançados em sete anos de caminhada, produzindo-se o texto A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS: REFERENCIAIS TEÓRICO E METODOLÓGICO (ForExt, 2005).

O fato é que na Assembléia de 2004, em Campinas – SP, as IES filiadas ao Fórum afirmaram mais uma vez a necessidade de um texto de caráter instrumental, necessidade esta reafirmada pelos próprios dirigentes da ABRUC, da ABIEE e da ABESC.

Ao lado dessa necessidade nos impulsionava também a provocação do tema Reforma Universitária, com um projeto em intensa discussão na sociedade, ocupando amplo espaço da mídia, ganhando uma dimensão sem igual na história recente do Brasil⁸. Assim, precisávamos de um documento que sedimentasse o que tínhamos construído em termos de identidade

Foram dez meses de intenso trabalho, sob condições nem sempre favoráveis, com poucas oportunidade de encontros presenciais entre os integrantes da equipe e muitas trocas de e-mails.

Desde o início, tínhamos como certo que o objetivo do texto seria oferecer um subsídio para os gestores e gestoras, docentes e discentes e para todos que, nas IES comunitárias estão trabalhando com a extensão, fortalecendo-a como atividade-fim nessas instituições. Ao lado desses objetivos, estava presente, igualmente, a certeza de que o mesmo possuía suas limitações. Primeiro, porque ele é uma representação de um estado presente, do estado da época das discussões e práticas da Extensão, que, pela sua própria dinâmica, está sempre em mudança; segundo, porque a dinâmica da vida universitária apresenta algo novo a cada momento, exigindo uma constante atualização; e, terceiro, pela diversidade e dinâmica da realidade institucional de nossas filiadas que, dificilmente, poderão ser abrangidas de uma só vez. Daí o caráter, ao mesmo tempo definitivo e transitório de um texto dessa natureza. Por um lado, ele vinha consolidar consensos em torno de concepções; por outro, ele apresentou instrumentais possíveis de serem aplicados naquele momento.

Ressalte-se ainda que o desejo do texto foi de atingir as três formas de organização institucional, com as quais o ForExt trabalha: universidades, centros universitários e faculdades.

O texto apresenta assim seus objetivos:

1. Oferecer referenciais teóricos e metodológicos que orientem e colaborem com a extensão nas IES comunitárias, possibilitando:

- Planejar a Extensão – para que se tenha clara em seu projeto institucional, a concepção, as políticas, estratégias, os objetivos e as metas que se pretenda adotar, podendo organizar suas diferentes modalidades em vista de um plano institucional;
 - Gerir a Extensão – enfrentando os desafios cotidianos desse trabalho, especialmente a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa;
 - Avaliar sistematicamente a Extensão – com instrumentos efetivos e eficazes, cujos resultados sejam capazes de aperfeiçoar ações e processos no contexto do projeto institucional;
 - Articular a extensão institucional com o que se exige na legislação referente ao tema.
2. Apresentar uma sistematização sobre as ações que incidem diretamente no desenvolvimento da extensão no contexto da educação superior, em especial, nas universidades e IES comunitárias;

Para alcançar tais objetivos, o texto foi organizado da seguinte maneira:

- a) Uma leitura do cenário atual da extensão no contexto da educação superior e, em especial, no contexto das universidades e IES comunitárias, procurando denotar o que já está sendo realizado;
- b) Apresentação da concepção de extensão assumida e promulgada pelo ForExt, tendo como critério subjacente o respeito à diversidade das IES Comunitárias;
- c) Apresentação de referenciais para a gestão da extensão;
- d) Apresentação de referenciais para o planejamento da extensão;
- e) Apresentação de referenciais para a avaliação da extensão.

Cada um desses capítulos seguiu uma lógica, procurando equacionar concepções e ações, isto é, abordou-se o tema numa perspectiva conceitual num primeiro momento e, em seguida, em uma perspectiva instrumental. Isso procura também ajudar o leitor a discernir o que tem um caráter mais permanente e geral (princípios) e o que tem um caráter mais transitório e particular (instrumental) no documento.

Outra observação importante é que o texto foi construído procurando formar um conjunto de passos que se relacionam organicamente entre si, sugerindo um processo de gestão da extensão. Assim, o texto começa

8 O jornal a Folha de São Paulo, por exemplo, a partir de janeiro de 2004, apresenta no período em questão mais de 370 notícias sobre o tema (OLIVEIRA, 2008).

pela apresentação do cenário, passa para a conceituação da extensão e segue para a gestão, com suas etapas de planificação e avaliação. Isso significa que cada capítulo pressupõe o anterior, pressupõe sua compreensão e sua aplicação. Por exemplo, o texto que apresenta o planejamento pressupõe a compreensão do que já existe sobre extensão (diagnóstico) e das categorias apresentadas na sua conceituação.

Desde então o texto vem cumprindo o seu papel de referência para nossas discussões, nossos diálogos com nossos interlocutores acadêmicos e estatais e, principalmente, para a construção de nossa práxis no cotidiano da extensão.

Em relação ao primeiro aspecto, nas subseqüentes as equipes de coordenações têm se esforçado para que os novos gestores, e aqui registre-se que a dinâmica de renovação de gestores nas IES Comunitárias é intensa, se apropriem e ressignifiquem o texto.

Em relação aos interlocutores, o papel do texto é de materializar uma identidade por meio de uma concepção de extensão que supraassume a concepção do FORPROEX (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas⁹), reconhecendo seus valores e indo além, ao estabelecer, por exemplo, o vínculo inexorável entre planejamento, gestão e avaliação da extensão, ou entre extensão, pesquisa e ensino, mediada por princípios e práticas que regem e materializam a indissociabilidade entre elas.

Em relação ao diálogo com o Estado o reconhecimento público que ele alcançou, pode ser exemplificado no texto da revista do PROEXT, escrito pela Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior – DEPEM, de autoria da Professora Iguatemy Martins e do Prof. Celso Ribeiro, no qual afirmam:

“Há de se reconhecer também as contribuições do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (...) na ampliação e difusão da atual compreensão de extensão universitária (...) por meio da criação de oportunidades para estudantes e professores discutam e socializem o conhecimento nacionalmente produzido sobre extensão (...)”(MEC, 2007).

Enfim, a presença dessa produção do ForExt em nossas instituições é freqüentemente testemunhada nas assembleias, com depoimentos sobre a formação de grupos de estudos sobre o texto e, ainda mais, sobre como ele se manifesta nos documentos oficiais das IES Comunitárias, Na Universidade Católica de Pernambuco, na oportunidade da redefinição de suas políticas estratégicas

(elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – 2006 a 2011) e sua estrutura acadêmica (Estatuto), assumimos integralmente a concepção de extensão do ForExt e estamos em intenso processo de implantação de seus princípios e instrumentos.

Obviamente a história do ForExt não termina em 2005 ou com a produção desse livro. Nas assembleias subseqüentes e em diversos espaços temos nos manifestados, incorporando pautas que a conjuntura apresenta e atendendo demandas vindas das filiadas.

Em 2006, na VIII Assembleia, realizada na Pontifícia Universidade de Minas Gerais (PUC-Minas) enfrentamos o tema da relação com as organizações econômicas, gerando uma reflexão sobre a relação entre mercado e conhecimento, materializada no documento “Carta de Belo Horizonte: a comunicação do conhecimento”¹⁰.

O tema voltou na XIX Assembleia, na Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo, onde dialogamos com as várias iniciativas em torno da economia solidária e dos parques tecnológicos, implantados na universidade.

Por fim, na X Assembleia realizada, na Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande, um dos pontos altos do evento foi o diálogo com o INEP, sobre a avaliação da extensão, no contexto do Censo da Educação Superior e do SINAES. Aliás, este tem sido um dos temas recorrentes em nosso diálogo com o MEC, pelo qual temos colaborado sugerindo indicadores e nos colocando à disposição para implementar um processo mais amplo que consolide a extensão no país.

Este último período, contudo, ainda precisa ser melhor sistematizado, incluído-se nossa participação nos Congressos Brasileiros de Extensão e nas discussões em torno de temas fundamentais para a extensão no país. Aliás, carecemos realmente de uma sistematização que retome tais temas, sublinhando consensos e, principalmente, indicando as construções que ainda estão por serem feitas, dente elas, a elaboração de um Plano Nacional de extensão, a constituição de um setor específico de extensão no MEC e a redefinição dos campos sobre a extensão no Censo da Educação Superior.

A reconstrução da história é sempre um desafio, seja porque a compreensão e a interpretação do ocorrido são feitas sempre de um, de dois mas nunca de todos os pontos de vista, seja porque a reconstrução da realidade é impossível em função de sua complexidade, contraposta à limitação da percepção humana que tende a ser linear. Somando-se a isso as perspectivas epistemológicas das ciências históricas, em nós, marcadamente positivistas e as desculpas no final de um texto histórico aparecem

9 Leia-se, universidades estatais, já que público é o caráter de toda educação e ainda mais o é nas IES que se definem como comunitárias.

10 Para este e outros documentos do ForExt, consultar: <http://www.uniso.br/forext/apresentacao.asp>.

como detalhe quase gramatical. Sua quase salvação talvez esteja no reconhecimento de que a elaboração de outras contribuições se torna uma exigência lógica e que, mais ainda, o texto não sirva como retrato para ser afixado numa galeria, mas como provocação para releituras do presente. ■

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Portaria do MEC nº 2.051. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, nº 132, 12/7/2004, SEÇÃO 1, p. 12/13 Brasília: 2004.

BUFFA, E. O Público e o Privado como categoria de análise da educação. In O Público e o Privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. LOMBARDI, J. C. , JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. (organizadores). Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Unisal, 2005.

COUTINHO, S. R. A ABESC e os encontros nacionais de ação comunitária e Extensão (1983-2001). In Cadernos da ABESC: edição comemorativa / Universidade Católica de Brasília. Brasília: Unversia, 2002.

FOREXT – Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. A extensão nas universidades e instituições de ensino superior comunitárias: referenciais teórico e metodológico. Recife: FASA. 2005.

GURGEL, Roberto Mauro. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade. In: Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária. Recife: FASA, 2001.

MEC/SESu. PROEXTE: programa de Apoio à Extensão Universitária. Brasília, 2007. p. 15.

OLIVEIRA, A. A relação universidade-empresa, a partir do empreendedorismo: um estudo sobre o confronto de lógicas, no contexto de crises e reformas. Recife: Ed. da UFPE, 2002.

OLIVEIRA, Alcivam Paulo de A relação entre o público e o privado na educação superior no Brasil e o programa Universidade para todos (PROUNI): ambigüidades e contradições. Recife : O Autor, 2008. 304 folhas.